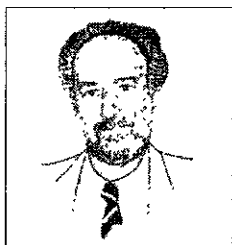


WASHINGTON NOVAES

Desmatada, queimada, inundada

Com poucos dias de diferença, este jornal publicou algumas notícias que mostram a distância entre os desejos da população brasileira e o que está acontecendo na Amazônia.

Segundo pesquisa do Iser e do Ministério do Meio Ambiente (MMA), "a floresta amazônica é o principal motivo de orgulho da população brasileira".



É a floresta amazônica, principal motivo de orgulho da população brasileira...

Segundo pesquisa do Iser e do Ministério do Meio Ambiente (MMA), "a floresta amazônica é o principal motivo de orgulho da população brasileira". Nada menos que 28% das pessoas ouvidas no País disseram isso. Mas o seu motivo para estufar o peito está cada vez mais ameaçado: pesquisa de William Laurance, do Smithsonian Tropical Research Institute, juntamente com Ana Albernaz e Carlos Costa, do Instituto de Pesquisas da Amazônia (Inpa), mostra que na segunda metade da última década do século 20, entre 1995 e 2000, os índices de desmatamento na Amazônia retornaram à média calamitosa das décadas de 1970 e 1980, com quase 20 mil km² por ano – mais exatamente, 19 mil km², quase um Estado de Sergipe por ano. Quase 15% da floresta amazônica já foi removido, um terço disso sem nenhuma destinação econômica (dizem outros estudos do MMA).

O pesquisador que chegou às conclusões sobre desmatamento, com base nas observações do satélite Noaa para o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, é o mesmo que há um ano despertou a ira de setores oficiais ao prever que, no ritmo então observado, os projetos do Avança Brasil, até 2020, poderão levar

ao desmatamento de 42% da Amazônia (as áreas oficiais responderam que esses projetos já estão sendo reavaliados, na vertente ambiental, pelo BNDES – mas não se sabe ainda com que resultados).

Poucos dias antes do estudo sobre desmatamento, já se noticiara que no

segundo semestre de 2001 as queimadas na Amazônia haviam aumentado 45,8% (no Nordeste, mais 91,2% com a queima de restos de colheita de soja, principalmente, cujo plantio avançou 58% na área em cinco anos). Na área de floresta, afirmou recentemente o economista Sérgio Margulis, do Banco Mundial, a principal causa do desmatamento é o avanço da pecuária, que responderia por 80% do total (incluindo, com certeza, o desflorestamento nas áreas de reforma agrária, que um relatório da Câmara dos Deputados apontou como fator decisivo para a perda florestal).

A área oficial reagiu proibindo o corte, transporte e comercialização do mogno, a espécie da madeira mais ameaçada – mas a decisão já está sendo contestada na Justiça, com êxito parcial, ao mesmo tempo em que continua a ser fortemente criticada a precariedade da fiscalização na Amazônia. Anuncia-se, em contrapartida, a realização de concurso para contratar novos fiscais (há quem diga que o Ibama tem para toda a região menos pessoas na fiscalização que o total de funcionários de um úni-

co hotel de luxo de Manaus). De qualquer forma, menos de 20% da madeira amazônica comercializada tem certificação de manejo adequado.

Não bastassem o desmatamento e as queimadas, aproveitando o pretexto da "crise" energética, tenta-se ressuscitar os velhos projetos de hidrelétricas na Amazônia, destinadas primordialmente às indústrias de eletrointensivos (alumínio, gusa, etc.), que, com subsídios às tarifas, pagos pela sociedade toda, exportam para países que não querem pagar os custos energéticos, econômicos e ambientais dessa produção, como já se comentou neste espaço.

Avança-se com a duplicação de Tucuruí, que, para não ficar com 7 das 11 novas turbinas paralisadas na estiagem do Rio Tocantins, precisará inundar áreas e construir outras barragens ao longo do rio, como tem mostrado o jornalista Lúcio Flávio Pinto em vários artigos na imprensa amazônica. Sem elas, mostra o jornalista, só poderia garantir na estiagem mais 1,1 mil MW (da nova potência de 4,2 mil), que, somados aos 2,1 mil MW garantidos pelas atuais turbinas na estiagem (do total de 4,1 mil), representariam 3,2 mil MW, menos de 50% da capacidade teórica, abaixo do padrão mínimo internacional, que é de 50%.

Não fosse pouco, insiste a Eletronorte com o projeto de Belo Monte, no Rio Xingu, e tenta derrubar no STF medida liminar concedida ao Ministério Público Federal – porque não há a licença do Congresso exigida pela Constituição para inundar áreas indígenas; porque foi contratada sem licitação para o estudo de impacto ambiental a Fun-

dação de Amparo ao Desenvolvimento da Pesquisa, a mesma que já teve seus EIA-Rimas da hidrovía do Araguaia e do Teles Pires recusados duas vezes pelo Ibama e pelos órgãos licenciadores estaduais; e porque tenta licenciar a usina apenas no Pará, quando se trata de rio "federal", que exige licenciamento do Ibama, além dos Estados atingidos.

Belo Monte é apenas uma das barragens previstas para o Xingu. Também ali serão necessárias outras para regularizar a vazão e garantir o funcionamento de mais turbinas na estiação. E nem é a única de grande porte na Amazônia. Planejam-se várias (também para abastecer a indústria eletrointensiva, principalmente), como a de Santa Isabel, no Rio Araguaia, que inundará vasta extensão e terá sua barragem inteiramente assoreada em 25 anos (!), segundo o EIA-Rima. Vários povos indígenas – que conservam a floresta – terão suas áreas atingidas, diz a International Rivers Network: suruús, carajás, apinajés, gaviões, kraós, krikatis.

Quem pode continuar afirmando, assim, que a conservação da floresta é uma das prioridades das nossas políticas públicas? E, se ainda houvesse dúvida de que não, bastaria olhar os números divulgados pelos jornais há poucos dias: a proteção do meio ambiente, no País, entre 1996 e 1998 (período de comparação) teve pouco mais de 0,5% das despesas federais, estaduais e municipais. Num período em que o pagamento de juros exigiu 30 vezes mais.

Orgulho nacional. Desmatado, queimado, inundado.